

Está difícil crescer

Economia - Brasil

05 FEV 2000

O GLOBO

ANTONIO DIAS LEITE

Há dificuldade intrínseca de compatibilizar a política econômica e financeira de nações em desenvolvimento com a dos países ricos e industrializados. Esta dificuldade se acentuou sobremaneira no fim do século XX, quando os últimos foram ficando ainda mais ricos e atingiram capacidade de oferecer pleno atendimento às respectivas demandas de bens de consumo. Tais nações não dependem de crescimento econômico para esta finalidade. A vitalização dos seus negócios pode ser alcançada com um crescimento da ordem de 2% a.a.. Um ritmo de 3% já seria altamente satisfatório.

Na última década vieram ainda, com velocidade impressionante, progresso da informática e das comunicações via eletrônica, abertura do comércio internacional de mercadorias, preocupação crescente com o meio ambiente, e globalização financeira coordenada pelo capital privado sediado nos países ricos. Aumentou a distância a percorrer pelos países retardatários.

Desde então vem-se tornando mais nítida a contradição entre o objetivo dominante nos países em desenvolvimento — de alcançar forte crescimento econômico — e a política econômica dos países industrializados, que se fundamenta na estabilidade, na qualidade de vida e na preservação do meio ambiente. Apenas o desemprego aflige equitativamente ambos os lados.

Esta contradição é especialmente nítida no caso do Brasil, que, na opinião de muitos brasileiros, entre os quais me incluo, tem condições de reduzir a distância que ainda o separa das nações de vanguarda.

Em outra época, crescemos durante 33 anos consecutivos em ritmo médio superior a 7% a.a.. A inflação era elevada mas esteve quase sempre sob controle. Cumpre reconhecer que não conseguimos, então, fugir da nossa histórica má distribuição de renda, nem incorporar à economia de mercado a grande parcela da população que sobrevive no estado de pobreza absoluta.

Ao contrário do que hoje se passa, houve, com surpreendente continuidade, a manutenção de algumas idéias-chave que configuravam uma estratégia nacional de longo prazo: instalação de infra-estrutura industrial, substituição de importações e proteção de indústrias nascentes, com apoio à empresa nacional e par-

ticipação direta do Estado, com coordenação centralizada. Ela foi capaz de assegurar a coerência das ações governamentais que conduziram o nosso notável processo de desenvolvimento.

Depois disso fomos atropelados pela crise dos preços do petróleo e pela alta dos juros no mercado financeiro externo, e não soubemos nos adaptar às novas circunstâncias. Perdemos então o rumo e perdemos a década de 80, tanto no crescimento como na política monetária, quando atingimos níveis assustadores e persistentes de inflação. A administração pública, direta e indireta, se deteriorou de forma dramática. Em 1988 veio sobrepor-se a toda essa involução da econo-

mia nacional uma Constituição equivocada. Tornou-se indispensável profunda reforma institucional e monetária.

Nesta reforma muito foi feito, com sucesso indiscutível, no saneamento monetário e financeiro, na instituição de nova moeda e na derrota da hiperinflação. A economia do país foi arrejada, com supressão de reservas de mercado, de muitos dos subsídios e de outros artifícios.

Na administração pública federal, infelizmente, o esforço principal concentrou-se na redução do pessoal em número e despesa. Quase nada foi feito na preparação de novos quadros de forma compatível com a revolução tecnológica que estamos vivendo, e com a estrutura de um estado moderno. Constituíram-se em exceção algumas reformas modernizantes, com perspectivas de êxito. Houve momentos em que parecia até que era dispensável a ingerência do Estado na esfera produtiva, que poderia ficar exclusivamente a cargo da iniciativa privada e do funcionamento dos mercados competitivos. Ao Estado caberia apenas instituir Agências Reguladoras.

Mas há ainda que compreender e aceitar que a reforma foi dominada pela idéia da necessidade imperiosa de vitória fulminante sobre a hiperinflação, justificando-se em tal conjuntura a adoção exclusiva de instrumentos de ação de prazo curto. Não se formulou, na oportunidade, uma estratégia econômica de longo prazo.

Mas, vencida a inflação, e já de forma nítida em 1997, também aí não se verificou a iniciativa de formular política econômica de longo prazo. Reafirmou-se tão-somente a disposição de manter a inflação sob controle, sabendo-se que a longo prazo isso de-

pende do próprio crescimento econômico.

Continuamos conduzindo a economia com horizonte de tempo muito curto, até chegarmos ao aparente impasse em que nos encontramos, neste início de século. Ficam sem resposta, entre muitas outras questões:

Como conciliar o forte ritmo de crescimento econômico de que necessitamos com a inflação máxima admissível, já que o seu controle está sendo feito, basicamente, com medidas que impedem o crescimento;

Como compatibilizar o forte ritmo de crescimento interno com a desnecessidade de crescimento dos países industrializados, que comandam cada vez mais a economia do mundo, se estamos todos inseridos no comércio e nas finanças globalizadas;

Como viabilizar os investimentos de longo prazo de maturação de que necessitamos, se dependemos de um sistema financeiro hoje orientado pela racionalidade de prazo curto do capital privado.

Tudo é interligado e muito complicado. Só por acaso conseguiremos sair do impasse através de simples mecanismos de mercado. Reitero, por esses motivos, a sugestão que fiz nesta página em novembro passado. Por menos ingerência governamental que se deseje, é indispensável definir uma nova estratégia nacional. Disponemos de pessoas, especialistas e generalistas, no Governo e fora dele, capazes de desenvolvê-la em prazo curto, sob a coordenação do presidente Fernando Henrique. Os resultados poderiam ser colhidos ainda neste Governo e, se for eficaz a sua implementação, as diretrizes tenderiam a prevalecer no futuro.

ANTONIO DIAS LEITE é ex-ministro de Minas e Energia.

